



## 11 DE NOVEMBRO DE 2015

### Quarta-feira

- GOVERNO ATENDE A MONTADORAS E LEVY SOFRE NOVO DESGASTE
- 13º SALÁRIO VAI INJETAR R\$ 173 BI NA ECONOMIA ATÉ DEZEMBRO, DIZ DIEESE
- SETOR DE MÁQUINAS VAI TENTAR CONVENCER GOVERNO A ALTERAR REGIMES TRIBUTÁRIOS ESPECIAIS
- ISENÇÃO DE IMPOSTO DÁ EMPURRÃO PARA VENDA DE CARROS ELÉTRICOS NO BRASIL
- EDITORIAL: O PROTESTO DOS CAMINHONEIROS
- FULLBACK É A NOVA PICAPE MÉDIA DA FIAT
- INFRAERO PLANEJA DEMITIR 4 MIL FUNCIONÁRIOS EM PDV
- GRUPO PROTESTA CONTRA DEMISSÕES DA USIMINAS EM CUBATÃO
- SOB NOVA FRITURA POR PETISTAS E ATÉ EMPRESÁRIOS, LEVY ENSAIA RESISTÊNCIA
- EDITORIAL: CARGA POLÍTICA
- É A POLÍTICA...
- ECONOMIA BRASILEIRA PODE SE RECUPERAR COM FACILIDADE, DIZ KRUGMAN
- 'MAR DE LAMA' DE BARRAGENS PARALISA INDÚSTRIAS NA REGIÃO DO RIO DOCE
- SEM ACORDO COM EMPRESA, FUNCIONÁRIOS DA EBC ENTRAM EM GREVE
- EIKE É CONDENADO A 5 ANOS SEM EXERCER CARGO EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS CAI 2,3% EM SETEMBRO
- ANFIR DIZ QUE EMPRESAS DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS ESTÃO FOCADAS EM EXPORTAÇÃO
- PROTESTO CONTRA DEMISSÕES NA USIMINAS TEM CONFRONTO COM A PM
- EMPRESAS VOLTAM A CONTRIBUIR COM PREVIDÊNCIA POR MEIO DA FOLHA

## SALARIAL

- AUMENTA PRESSÃO SOBRE A VALE DIANTE DE TRAGÉDIA EM MINAS GERAIS
- SCHMERSAL APRESENTA NOVO PRODUTO DE SEGURANÇA PARA DOBRADEIRAS HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS
- DAF INVESTE PARA FAZER MOTOR NO BRASIL
- MAIS DE 1.500 SUL-COREANOS APRESENTAM QUEIXA CONTRA A VOLKS
- DESTINO DO LIXO ELETRÔNICO VIRA UM DESAFIO PLANETÁRIO
- GRUPO PROTESTA NA PORTA DA USIMINAS CONTRA DEMISSÕES EM CUBATÃO, SP
- COBRE RECUA EM LONDRES E NY APÓS DADO INDUSTRIAL DA CHINA
- DESEMBOLSOS DO BNDES E CONSULTAS POR FINANCIAMENTOS SEGUEM EM RITMO DE QUEDA
- VOLKSWAGEN DIZ QUE SOFTWARE EM MOTORES NÃO É CONSIDERADO PROBLEMÁTICO PELA ALEMANHA
- INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS DE EMERGENTES DEVE AUMENTAR PARA 7% EM 2016, DIZ BARCLAYS
- HENRIK HENRIKSSON SERÁ O NOVO PRESIDENTE GLOBAL DA SCANIA
- AUDI MOSTRA PRIMEIRO A3 FABRICADO NO BRASIL
- VIBRACOUSTIC VAI ENCERRAR PRODUÇÃO E DEMITIR 106 EM TAUBATÉ, SP
- ZF DO BRASIL AVANÇA NO DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES
- RANDON SE AJUSTA PARA MERCADO 50% MENOR
- EM PESQUISA DA ACREFI COM EMPRESÁRIOS, 66% ACHAM QUE SITUAÇÃO DO PAÍS VAI PIORAR

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 11/11/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,711	3,711
<b>Euro</b>	3,983	3,984

**Fonte: BACEN**

11/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Pressionado pelo setor automotivo, o governo reabriu o prazo para que empresas apresentem ao BNDES pedidos de financiamento com recursos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). A medida deixa claro que a presidente Dilma Rousseff está cada vez mais preocupada em atenuar os efeitos da recessão.

Embora continue a fazer a defesa pública do ajuste fiscal, Dilma aos poucos se afasta do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que resiste em adotar ações que possam afetar o reequilíbrio das contas públicas. Ele participou das negociações, segundo a Anfavea (associação de montadoras), mas foi voto vencido, em mais um desgaste do ministro no governo.

Em 23 de outubro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou redução de R\$ 30,5 bilhões nos limites para empréstimos do programa. O montante para o PSI, que se encerra no dia 31 de dezembro, baixou de R\$ 50 bilhões para R\$ 19,5 bilhões. O CMN também fixou prazo que não existia: as empresas tinham até 30 de outubro para pedir os empréstimos.

Isso deu ao setor produtivo apenas uma semana para que os pedidos fossem protocolados. O setor automotivo, que é um dos principais favorecidos pelas linhas subsidiadas do PSI, procurou o governo para pedir prorrogação. Levy resistiu. Ele alegou que a ideia foi reduzir os custos do Tesouro com a diferença de juros do programa em relação ao custo de captação no mercado. A reabertura do prazo poderia gerar mais despesas este ano.

A redução do limite ainda deixava recursos para novos empréstimos. Até outubro, o total financiado foi de R\$ 7 bilhões. Havia sobra de R\$ 12,5 bilhões. Com o prazo de 30 de outubro, eram baixas as chances de que o valor subisse, pois não haveria tempo suficiente para as empresas.

### ***Isolamento***

A pressão das indústrias funcionou. E mesmo com a oposição de Levy, Dilma decidiu ceder aos apelos dos empresários. Interlocutores do Planalto afirmam que o ministro tem ficado isolado, o que o torna enfraquecido e cada vez mais alvejado por seus desafetos dentro e fora do governo. Levy tem participado cada vez menos das reuniões de coordenação política.

Ao mesmo tempo, o ex-presidente Lula tem se movimentado para tentar convencer Dilma a tirar Levy. O nome preferido é do ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles. Petistas que têm conversado com o candidato de Lula afirmam que Meirelles tem dito que é preciso retomar o crescimento e que não se pode apenas pensar em corte de despesas. Ele também estaria indicando que aceitaria um convite para voltar ao governo.

Nos últimos dias, Meirelles chegou a promover uma ofensiva e ligar para senadores para fazer uma avaliação do quadro econômico atual. Segundo interlocutores, Lula disse na semana passada, após encontro com a presidente, que não acredita na permanência de Levy na Fazenda após janeiro.

### ***Levy indica que governo ainda deve mais R\$ 1,5 bilhão à Caixa***

Nesta terça (10), o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), cometeu o que chamou de "ato falho" ao ver um cenário econômico melhor com Meirelles. Delcídio foi um dos que teriam se reunido com Meirelles na última semana e pertence à ala do governo e do PT que cobra de Levy plano de recuperação que não seja só o aumento de impostos.

Ao comentar a dificuldade de aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que fixa teto do endividamento público, Delcídio disse que o projeto só seria viável se houver equilíbrio econômico.

"O governo nesse momento não tem meta, não tem orçamento, como vai fazer teto de endividamento? Se o Meirelles vier e estabilizar a economia, aí fica mais fácil", brincou Delcídio, dizendo depois que o comentário foi "um ato falho".

Governadores que lançaram ontem o Consórcio Brasil Central, para desenvolver projetos de PPPs, cobraram aprovação do ajuste fiscal, mas são contra a CPMF.

"O ministro Levy tem sido correto conosco e não acho que vá sair. Mas ele precisa de apoio", disse o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

A Anfavea confirmou que seu presidente, Luiz Moan, pediu autorização ao ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, para anunciar a reabertura do PSI. Segundo um executivo, a Anfavea negociou a medida com o governo durante a semana passada.

Levy foi um dos interlocutores, além do Nelson Barbosa, do Planejamento, e de Wagner. Até a presidente Dilma Rousseff teria participado. Segundo ele, Levy foi contra a reabertura do programa.

### **13º salário vai injetar R\$ 173 bi na economia até dezembro, diz Dieese**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pela primeira vez em oito anos, o número de trabalhadores com carteira assinada nos setores público e privado que vai receber o 13º salário será menor.

A queda de 1,9% é apontada em estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que mostra que neste ano são 48,91 milhões os assalariados que vão receber o benefício. Juntos, devem receber R\$ 119,9 bilhões.

No ano passado, o total de empregados com carteira que recebeu o salário extra chegou a 49,85 milhões.

"Essa redução é reflexo direto da piora do mercado de trabalho, com a demissão acentuada de trabalhadores com carteira assinada", diz José Silvestre Prado de Oliveira, coordenador de relações sindicais do Dieese.

O pagamento de 13º salário aos brasileiros da ativa e aposentados deve injetar até dezembro R\$ 173 bilhões na economia. O valor corresponde a 2,9% do PIB (Produto Interno Bruto) e é 9,5% maior, em termos nominais, do que o estimado para o ano passado.

A lei prevê que o 13º salário seja pago em até duas parcelas —a primeira até o dia 30 deste mês e a segunda até o dia 20 de dezembro.

O desemprego maior também têm impacto no pagamento do 13º de domésticos e do total de pessoas (inclui ativa e aposentados) que devem receber o benefício, explica Oliveira.

Neste ano, 1,916 milhão de empregados domésticos devem receber o benefício —o valor médio é estimado em R\$ 997.

No ano passado eram 2,122 milhões, com valor médio de R\$ 922,86.

## Estimativa de recursos com pagamento do 13º salários

Discriminação	Nº beneficiários	de % beneficiários	de Total (bilhões R\$)	13º de Valor médio (R\$)
1.Trabalhadores mercado formal	do 50.829.749	60,2	121,793	2.396,09
1.1 Assalariados setores público e privado	do 48.913.749	57,9	119,882	2.450,90
1.2 Empregados domésticos com carteira	1.916.000	2,3	1,910	997,00
2. Aposentados pensionistas	e 33.616.767	39,3	51,479	1.531,34
2.1 Beneficiários do INSS (regime geral)	32.637.342	38,6	32,735	1.003,00
2.2 Regime próprio da União	da 979.425	1,2	7,976	8.143,86
2.3 Regime próprio dos Estados	—	—	8,645	—
2.4 Regime próprio dos municípios	—	—	2,122	—
Total	84.446.516	100	173,271	1.924,34

Fonte: Dieese, a partir de dados da Rais e Caged, Pnad, ministérios da Previdência e do Planejamento

### NÚMERO TOTAL

São 84,4 milhões de brasileiros, incluindo trabalhadores do mercado formal (assalariados e domésticos) e aposentados e pensionistas que devem receber o 13º salário neste ano. O número é 0,3% inferior ao calculado no ano passado.

O valor médio pago a esses trabalhadores e aposentados será de R\$ 1.924,34 —o montante é 8,5% superior (em termos nominais) ao benefício pago no ano passado, quando os 84,7 milhões de brasileiros receberam em média R\$ 1.773,99.

"Se por um lado há redução no estoque de empregos no setor formal, há um contingente de 900 mil pessoas a mais que passarão a receber o benefício, porque requisitaram sua aposentadoria ou pensão pelo INSS", diz o coordenador do Dieese.

No ano passado, 32,72 milhões de aposentados e pensionistas eram beneficiários do 13º. Neste ano, a estimativa é que cheguem a 33,62 milhões.

Os cálculos do Dieese levam em consideração dados do Ministério do Trabalho (como Rais, Caged), informações da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do IBGE, do Ministério da Previdência e da Secretaria Nacional do Tesouro.

### POR REGIÃO

A região Sudeste é a que deve concentrar a maior parte dos R\$ 173 bilhões que devem ser injetados na economia (51,3%) porque possui a maior parte de trabalhadores, aposentados e pensionistas do país.

Outros 15,6% devem ficar na região Sul e 15,9% na região Nordeste. As regiões Centro-Oeste e Norte devem ficar com 8,6% e 4,9% do valor, respectivamente.

Segundo o estudo do Dieese, o maior valor médio para o 13º salário, levando-se em conta todos os beneficiados (trabalhadores, aposentados e pensionistas), deve ser pago no Distrito Federal: R\$ 3.590.

O menor, com valor médio de R\$ 1.300, deve ser pago nos Estados do Maranhão e do Piauí.

## **POR SETOR**

Os dados do Dieese mostram ainda que cerca de R\$ 119,9 bilhões que serão pagos, até o final do ano, destinam-se a 49 milhões de trabalhadores formais do setor público e privado —excluindo os empregados domésticos.

Desse total, 62,1% ficarão com empregados do setor de serviços (incluindo administração pública). Aos empregados da indústria serão destinados 18,4%.

Os comerciários receberão 13,1% e os trabalhadores da construção civil, 4,5%. Outros 2% serão pagos aos trabalhadores da agropecuária.

O maior valor médio será pago aos trabalhadores do setor de serviços, R\$ 2.795,49. O setor industrial aparece com a segunda maior média, R\$ 2.569,64.

O menor 13º salário deve ser pago aos trabalhadores do setor primário da economia, R\$ 1.497,25 —incluindo agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

### **Estimativa de recursos com pagamento do 13 salários**

Trabalhadores na ativa do setor formal \*

<b>Setores</b>	<b>Nº beneficiários</b>	<b>de % beneficiários</b>	<b>de Total 13º (bilhões de R\$)</b>	<b>Valor médio (R\$)</b>
Indústria	8.578.015	17,5	22,042	2.569,64
Construção civil	2.610.834	5,3	5,390	2.064,47
Comércio	9.489.625	19,4	15,694	1.653,83
*Serviços	26.649.153	54,5	74,497	2.795,49
**Agropecuária	1.586.122	3,2	2,375	1.497,25

\*Serviços inclui administração pública

\*\*Agropecuária inclui extração vegetal, caça e pesca

\*Exclui empregados domésticos

## **MAIOR DIFICULDADE**

Reportagem da **Folha** desta segunda (9) mostrou que a indústria enfrenta mais dificuldade para fazer caixa e pagar o benefício. Com isso, cresce o número de empresas que devem buscar financiamento de bancos para pagar o 13º salário e aumenta o valor do empréstimo que elas pretendem fazer neste ano.

O percentual de indústrias paulistas que informaram que terão de recorrer a terceiros para pagar o benefício aos trabalhadores é de 35% —o maior patamar desde 2009, ano em que a economia sofreu o impacto da crise internacional.

Em 2014, quando o setor já enfrentava retração nas vendas, 29% informaram que utilizariam crédito para quitar o salário extra.

Pequenas, médias e grandes indústrias pretendem pegar emprestado, em média, 81,3% de suas folhas de pagamento. É o mais alto patamar dos últimos seis anos, quando atingiu 78,4%.

Com estoques elevados e encomendas sendo feitas com atraso, o percentual de indústria que conseguiu provisionar recursos para pagar o 13º (42,3%) é o menor da série histórica da pesquisa da Fiesp (federação das indústrias paulistas), iniciada em 2008. Foram consultadas, 499 indústrias de todos os portes e segmentos.

## **CONSUMIDOR**

Do lado do consumidor, sete em cada dez brasileiros que vão colocar o 13º no bolso pretendem pagar dívidas ou poupar com o valor da primeira parcela. O dado consta da pesquisa da Associação Comercial de São Paulo, realizada pelo Instituto Ipsos.

Enquanto 70% pretendem dar esse destino aos recursos neste ano, no ano passado eram 49%.

"O consumidor está mais cauteloso, mais racional do que nunca. De um lado teme a perda do emprego, o que o deixa mais inseguro. Do outro, há o impacto da inflação mais elevada pesando no bolso e na renda", diz Emílio Alfieri, economista da associação.

Por essa razão, o consumidor prefere guardar parte do salário extra na poupança para poder complementar a renda. Aqueles que estão endividados preferem quitar as dívidas, explica o economista.

## **Setor de máquinas vai tentar convencer governo a alterar regimes tributários especiais**

11/11/2015 – Fonte: Reuters

A entidade que representa fabricantes de máquinas e equipamentos do Brasil, Abimaq, vai tentar convencer o governo federal a alterar regimes tributários especiais que entre 2011 e 2013 geraram renúncia fiscal de 83,17 bilhões de reais, segundo cálculos da entidade a partir de dados do Ministério da Fazenda.

O presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza, deve ter uma segunda reunião com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, na quarta-feira, para sugerir mudanças que incluem a retirada de viés importador de alguns deles.

A mudança acontece em um momento em que o governo federal considera a aprovação da recriação da CPMF como fundamental para garantir reequilíbrio das contas brasileiras no próximo ano e ajudar na retomada do crescimento da economia.

"A revisão dos regimes vai ao encontro à necessidade do governo de garantir mais receitas e ainda colabora com a indústria nacional ao eliminar o caráter importador destes mecanismos", afirmou Pastoriza em entrevista à Reuters.

Segundo Pastoriza, em uma primeira apresentação do tema a Levy em outubro, "ele se mostrou interessado em aprofundar a discussão e é isso que faremos amanhã (...) Achamos que o fato de ele querer aprofundar a discussão é uma sinalização de que vê o assunto com bons olhos", afirmou o presidente da Abimaq.

Segundo o levantamento da entidade, o Brasil tem hoje 49 regimes que preveem isenção ou suspensão, parcial ou total de impostos incidentes sobre produtos de determinados setores, como de petróleo e gás.



Extrapolando os números, a entidade estima que a renúncia fiscal gerada pelos regimes especiais será de 44,2 bilhões de reais neste ano, considerando o câmbio médio de 3 reais até o final de setembro.

A expectativa da Abimaq é que a Receita Federal avalie "a real necessidade de permanência dos regimes especiais, uma vez que grande parte deles foram criados em cenários econômicos totalmente diferentes do atual", defende a entidade.

No fim de outubro, o governo federal previu que fechará 2015 com um déficit primário de no mínimo 51,8 bilhões de reais, que pode chegar a mais de 60 bilhões de reais caso haja frustração na previsão de arrecadar 11,05 bilhões de reais com o leilão de concessão de hidrelétricas existentes.

"A situação demonstrada, somada à previsão para 2014 e 2015, apresenta para o atual momento uma possibilidade de obtenção de receita para a equalização fiscal do governo federal", afirma a Abimaq.

O interesse da entidade é tentar reverter o que chama de quadro de desindustrialização do país, com a indústria de máquinas e equipamentos caminhando para ter em 2015 o terceiro ano seguido de queda de vendas.

O consumo de máquinas e equipamentos do Brasil, um indicador do nível de investimento na economia, de janeiro a setembro acumulou queda de 5,8 por cento sobre o mesmo período do ano passado, segundo a Abimaq.

## **Isenção de imposto dá empurrão para venda de carros elétricos no Brasil**

11/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Ainda distantes do gosto e do bolso dos brasileiros, os carros elétricos podem começar a aparecer com mais frequências nas ruas do país. Como forma de tentar baratear o preço desses automóveis, o governo federal isentou a categoria semana passada do Imposto de Importação – a alíquota anterior paga pelos importadores era de 35%.

Analistas e entidades do setor comemoram o incentivo, apesar de defenderem que o mercado dos elétricos só vai mesmo deslanchar junto de outras medidas, que acabem por viabilizar a produção nacional.

O preço elevado e a falta de opções são os principais entraves. Hoje, o único carro 100% elétrico à venda no país para pessoas físicas é o BMW i3. Apenas três dias depois do anúncio da isenção do imposto, a montadora baixou o preço do modelo de R\$ 221,9 mil para R\$ 169,9 mil – valor que ainda é cinco vezes maior do que o de um automóvel popular no Brasil.

Dados compilados pela Anfavea (associação das montadoras) mostram que, de fato, os elétricos hoje são para poucos. Neste ano, até setembro, apenas 664 elétricos foram vendidos no país, o que não chega a uma fatia de 1% do total de 1,8 milhão de licenciamentos de automóveis no período. Por outro lado, o número tem aumentado ano a ano, chegando a quase dobrar entre 2013 e 2014 (veja infográfico).



Em nota, a Anfavea afirmou que a isenção do imposto representa “um grande avanço” e abre espaço para ampliação do desenvolvimento local de novas tecnologias. Até o momento, porém, não há indicações de que as montadoras estariam se planejando para montar os veículos no Brasil, até por conta do cenário de retração no setor automotivo – a Renault/Nissan chegou a mostrar interesse em 2013 em implantar uma fábrica de elétricos no Rio de Janeiro, mas os planos não foram para frente.

### **Questão de preço**

“Nós temos uma referência hoje de preço de veículos de R\$ 30 mil a R\$ 100 mil e o que o público quer é esse patamar de custo. As pessoas estão atentas a novos modelos sustentáveis que o mercado oferece, mas dentro da crise em que nos encontramos, todo mundo vai pela necessidade.

Se fosse o contrário, já existiriam milhares de veículos elétricos trafegando nas ruas do país”, afirma o presidente executivo da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Ricardo Guggisberg.

O representante da ABVE defende novas desonerações e subsídios para os modelos – no topo da lista de Guggisberg está a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a modalidade. Para o coordenador brasileiro do Programa Veículo Elétrico de Itaipu, Celso Novais, outra saída seria criar mecanismos para baratear e incentivar a produção local, a exemplo do programa Inovar-Auto.

“Mesmo assim, a redução do Imposto de Importação já é um passo importante. É preciso vencer essa barreira, mostrar para as montadoras que o Brasil tem mercado para carros elétricos e vale a pena produzir aqui”, reforça Novais.

### **Tecnologia avança a passos largos na Europa e nos Estados Unidos**

O fato de o Brasil nunca ter conseguido atingir a marca de mil licenciamentos de carros elétricos em um mesmo ano mostra a lentidão da adoção da tecnologia no país, em comparação com outras regiões do mundo.

Na União Europeia, as vendas de veículos elétricos aumentaram 82% neste ano, em comparação com 2014, considerando o período entre janeiro e setembro. Só no Reino Unido foram comercializados 20,9 mil desses automóveis desde o início do ano.

Os Estados Unidos também seguem como um dos principais mercados mundiais, com a venda de 82,4 mil veículos elétricos neste ano – por lá, os modelos da Tesla e da Nissan, ausentes do mercado brasileiro, são os campeões de vendas. Na Europa e nos EUA, o valor médio desses automóveis é 35% maior do que os modelos que utilizam combustíveis tradicionais, diferença ainda distante de ser alcançada no Brasil.

### **Recargas**

Pesquisas feitas nestes mercados também desmistificam a percepção de que é preciso uma infraestrutura pública abrangente para recarregar os carros – segundo levantamentos recentes, apenas 20% das recargas dos veículos são feitas fora das residências.

“Havia o mito também de que carros elétricos poderiam gerar uma maior demanda energética para os países, mas o impacto de consumo é muito pequeno. Além disso, as baterias hoje existentes permitem uma autonomia de 120 km por dia e o brasileiro roda em média 60 km.

Mesmo que não tenhamos infraestrutura nas cidades, não há porque ter uma ansiedade por não saber onde ‘abastecer’”, afirma o coordenador brasileiro do Programa Veículo Elétrico de Itaipu, Celso Novais.

## EM BUSCA DE MERCADO

O número de veículos elétricos vendidos no Brasil tem aumentado nos últimos anos, mas não corresponde a nem 1% do total de automóveis licenciados no país.

### BRASIL



1 - Até setembro.

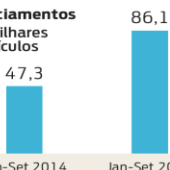
### UNIÃO EUROPEIA

Na União Europeia, a procura por esses automóveis aumentou 62% neste ano, em comparação com 2014.

% do total de veículos vendidos



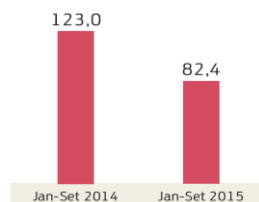
licenciamentos  
Em milhares de veículos



### EUA

Já nos EUA, a venda destes veículos diminuiu mais de 30% este ano, em parte devido à queda no preço dos combustíveis, segundo analistas.

licenciamentos  
Em milhares de veículos



Fonte: Anfavea, ACEA e Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## Editorial: O protesto dos caminhoneiros

11/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Mais uma vez no ano os caminhoneiros organizam uma paralisação com reflexos em todo o país. Diferentemente das últimas mobilizações, porém, quando a pauta de reivindicações era composta quase que exclusivamente por demandas que afetam diretamente a categoria, como a redução no preço dos combustíveis, desta vez a prioridade é política: os envolvidos querem, em primeiro lugar, a saída da presidente Dilma Rousseff.

É o que diz Ivar Schmidt, o líder do Comando Nacional do Transporte, entidade que surgiu à margem dos sindicatos mais tradicionais de caminhoneiros e que também foi protagonista da paralisação ocorrida no primeiro semestre. As declarações mais contundentes neste sentido vieram de outro líder do Comando, o gaúcho Fábio Roque.

“A pauta dos caminhoneiros existe, mas não é negociada com este governo podre, que já sinalizou que não vai atender [aos pedidos da classe] (...) Ou ela [Dilma] renúncia ou vai para o impeachment. Daí sim, quando o governo que está agora sair, vamos começar a tratar da nossa pauta”, disse ao jornal *O Estado de S.Paulo*.

Não se responde a um governo que tem pouco apreço pelas instituições com novas afrontas à ordem institucional.

Sim, a insatisfação com o atual governo é latente, e as grandes manifestações de rua organizadas contra Dilma Rousseff e o PT bem demonstram isso; também é evidente que há motivos suficientes que justificam o impeachment de Dilma Rousseff, como a **Gazeta do Povo** afirmou em seu editorial da última segunda-feira.

Mas isso não pode nos levar a compactuar com um movimento que pretende explicitamente provocar uma mudança de governo por vias não institucionais. É verdade que os caminhoneiros também têm reivindicações ligadas especificamente a seu trabalho, como a queda no preço do óleo diesel, o estabelecimento de um valor mínimo de frete e regras especiais para a aposentadoria (com 25 anos de contribuição).

Mas, quando o principal item da pauta é uma mudança política no comando da nação, estamos diante de um movimento que recorre ao uso da força para retirar um governante, o que é muito diferente do legítimo e saudável direito à manifestação.

E o caminho para uma eventual troca na Presidência da República não é o uso da força. Os muitos brasileiros cansados do governo Dilma e que demonstram entusiasmo com a atitude dos caminhoneiros deveriam se perguntar o que diriam se algum dos "movimentos sociais" aliados ao petismo e violadores contumazes de direitos básicos, como o Movimento dos Sem-Terra, organizasse bloqueios e outras ações com o objetivo explícito de conseguir a renúncia de um presidente ao qual se opusesse, usando a mesma retórica empregada pelos líderes do CNT, afirmando que só negociariam com o "próximo governo".

Tal movimento seria legítimo? Ou o governo poderia empregar os meios legais à disposição, como multas e o eventual uso da força, para liberar as estradas?

Esse breve exercício intelectual é necessário para que recordemos uma verdade simples, a de que os fins não justificam os meios. Nem mesmo a convicção mais profunda de que o governo atual está levando o país ao abismo e de que sua substituição poderia recolocar o Brasil num rumo de crescimento justifica uma modalidade de protesto que tenha por objetivo conseguir pela força um efeito que só será legítimo se vier ou por uma renúncia livre e espontânea da presidente Dilma, ou pelas vias institucionais normais, como o Legislativo (no caso do impeachment) ou o Judiciário (no caso de uma eventual cassação da chapa vencedora das eleições de 2014).

Se um protesto de caminhoneiros focado exclusivamente em demandas pertinentes à categoria já precisaria ser guiado pelo senso de proporcionalidade – por exemplo, evitando bloqueios ao transporte de bens essenciais e respeitando o direito de ir e vir dos demais cidadãos –, o que está acontecendo agora nas estradas brasileiras desafia não só a proporcionalidade, mas também a própria razoabilidade, o que é ainda mais grave. Não se responde a um governo que tem pouco apreço pelas instituições com novas afrontas à ordem institucional.

### **Fullback é a nova picape média da Fiat**

11/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Fiat apresentou no Salão do Automóvel de Dubai, a Fullback, a picape média que será produzida em parceria com Mitsubishi. O modelo segue o mesmo padrão que a marca fez com o Dodge Journey e Fiat Freemont, ou seja, apenas a troca de logotipo. No caso da Fullback a parceira será a L200 Triton.

Dependendo do mercado, ela será oferecida nas opções de cabine dupla, simples e estendida. Em todas as versões as medidas são de 1,81 m de largura, 1,78 m de altura com 3 m de entre-eixos. O comprimento é que varia conforme a carroceria. A capacidade máxima é de 1.100 kg.

Na Europa, o modelo será equipado com o 2.4 turbodiesel de 150 cv ou 180 cv com opção de câmbios manual de seis marchas ou automático de cinco - esse com modo esportivo. No Oriente Médio e África, a picape começa a ser vendida em maio de 2016.

Ainda não há informações sobre a chegada do modelo no Brasil.

## **Infraero planeja demitir 4 mil funcionários em PDV**

11/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Infraero planeja a demissão voluntária de pelo menos 4 mil funcionários. Com o programa de concessões adotado pelo governo, que deve repassar mais quatro aeroportos à iniciativa privada em 2016, a companhia perdeu participação no setor e está com quadros saturados.

O ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha, informou na segunda-feira (9) que já na primeira parcela da outorga dos novos aeroportos concedidos, o governo irá pagar os encargos rescisórios dos trabalhadores desligados. Segundo Padilha, os leilões dos aeroportos de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre devem ser feitos entre maio e junho de 2016.

“O certo é que nós estamos com um quadro inchado e temos que desinchar esse quadro para viabilizar a companhia”, afirmou. Atualmente, a Infraero tem cerca de 12 mil funcionários. Aproximadamente 2,6 mil já aderiram ao primeiro programa de desligamento voluntário. Com a nova etapa do programa, é esperado que o número ultrapasse 4 mil.

De acordo com o ministro, a participação da Infraero nas novas concessões ainda está em discussão. A proporção certamente será menor que os 49% dos últimos leilões. Segundo Padilha, o número pode ficar em 15% ou até zero. No último caso, o governo apenas teria poder de participação nos aeroportos através das prerrogativas da Agência Nacional de Aviação Civil.

Para os novos leilões, será exigido ainda que o operador tenha experiência na administração de aeroportos com fluxo de pelo menos 10 milhões de passageiros ao ano.

### **Aviação Regional**

Padilha também revelou que há uma “queda de braço” entre o Ministério da Fazenda e o programa de aviação regional do governo. O motivo estaria na possibilidade de que os recursos que compõem o fundo para alimentar o programa sejam usados na contabilização do saldo de superávit primário do governo.

De acordo com o ministro, ficou decidido, após reunião com a presidente Dilma Rousseff na segunda-feira, que a regulamentação do programa será feita através de um decreto publicado até o fim deste ano. Padilha tem expectativa de que as operações comecem até o início de 2016.

A lei que criou o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, sancionada pela presidente em janeiro deste ano, tem o objetivo de estimular o segmento, aumentando o acesso da população ao transporte aéreo. A iniciativa prevê um subsídio às companhias aéreas para custear até 60 passageiros transportados em voos regionais.

A proposta prevê que os recursos para esse subsídio serão provenientes do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Neste ano, o fundo deve arrecadar mais de R\$ 4,5 bilhões, segundo Padilha. Até o momento, sem a regulamentação de responsabilidade do Poder Executivo, nenhum real foi desembolsado pelo governo para o pagamento dos subsídios.

“É um dinheiro que só pode ser usado em investimento na aviação civil. Não pode ser usado na Educação, Saúde. Só na aviação civil”, explicou Padilha.

“De outra parte, também pode ser usado para o resultado primário do Ministério da Fazenda. Esta é a queda de braço que se estabelece entre a implantação do programa e a necessidade do Ministério da Fazenda de ter números que sejam apresentáveis”, disse o ministro.

Inicialmente, o governo chegou a prever R\$ 500 milhões neste ano para os subsídios da aviação regional. Em momento de aperto fiscal, o valor acabou contingenciado. Para o ano que vem, a SAC já tem uma expectativa mais modesta, de R\$ 50 milhões, para que sejam atendidos pelo menos aeroportos da região amazônica, considerados prioritários. O ministério da Fazenda não se pronunciou sobre o tema até a publicação desta matéria.

## **Grupo protesta contra demissões da Usiminas em Cubatão**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Um grupo de funcionários e sindicalistas iniciou um protesto em frente à Usiminas, em Cubatão (SP) na manhã desta quarta-feira (11) contra a decisão da empresa de parar a produção de aço e demitir até 4.000 funcionários.

A Polícia Militar informou que foi chamada por volta das 5h30 para conter manifestantes que impediam a entrada de funcionários no prédio e que foi preciso usar bombas de gás lacrimogêneo.

Maior produtora de aços planos do Brasil em capacidade instalada, a Usiminas anunciou no fim de outubro que vai desativar temporariamente atividades de produção de aço da usina de Cubatão, mantendo as de laminação. A empresa afirmou que tem intenção de cortar 2.000 funcionários diretos da usina e outros 2.000 terceirizados

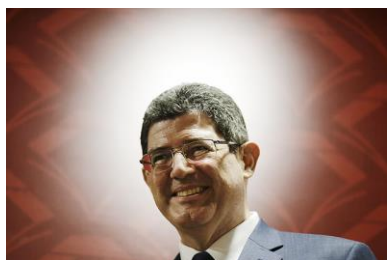
O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e Siderúrgicos de Santos e Região, Florêncio Rezende de Sá, disse na terça (10) que haveria paralisação por tempo indeterminado e o movimento envolveria de 6.000 a 7.000 trabalhadores.

Florêncio afirmou que a Usiminas ainda não começou a demitir funcionários ligados às atividades primárias da usina, pois eles têm estabilidade até 23 de dezembro. Mas ele comentou que a empresa já cortou cerca de 600 terceirizados da usina desde o anúncio de outubro.

A empresa citou o cenário de fraqueza da economia e a deterioração dos preços da liga nos mercados internacionais. O anúncio veio no mesmo dia em que a empresa informou o quinto prejuízo trimestral consecutivo, entre os meses de julho a setembro deste ano.

## **Sob nova fritura por petistas e até empresários, Levy ensaia resistência**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Alvo de pressões de petistas e até de empresários, o ministro Joaquim Levy (Fazenda) está disposto a resistir à nova onda para tirá-lo do posto enquanto considerar que tem o apoio da presidente Dilma dentro do governo.

Apesar de se sentir isolado, Levy tem recebido da presidente sinalizações de que mantém o apoio à sua política de ajuste fiscal como passo essencial para garantir a retomada do crescimento da economia brasileira.

Além do apoio de Dilma, o ministro da Fazenda aponta outro motivo classificado por ele como fundamental para sua permanência no governo: aprovar um Orçamento da União para 2016 que garanta um superávit primário.

Dentro do Palácio do Planalto, o ministro Jaques Wagner (Casa Civil) tem dito que não há motivo para tirar Levy do cargo e que o governo vai priorizar, nesta reta final de ano, a aprovação das medidas do pacote fiscal –o que está em linha com o que defende o ministro da Fazenda.

A Folha apurou, porém, que defensores de que o ministro Nelson Barbosa (Planejamento) substitua Levy estão por trás dos rumores, divulgados ontem, de que estaria sendo costurada a substituição de Levy pelo ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles.

Para integrantes do grupo de Lula, a presidente só vai aceitar Meirelles no lugar de Levy quando a situação econômica piorar ainda mais, com nova perda de grau de investimento, dólar em alta e quebra de empresas no país.

Alguns banqueiros acham pouco provável que Meirelles volte ao governo e interpretaram a movimentação como "fogo amigo", uma tentativa de alas do governo interessadas em enfraquecer Levy e forçar sua saída.

No Ministério da Fazenda, a avaliação é que Joaquim Levy está sendo alvo não só de petistas, mas também de empresários insatisfeitos com o corte de subsídios que garantia crédito a baixo custo do BNDES para seus negócios.

O ministro conseguiu o apoio de Dilma para não liberar mais recursos para o BNDES, depois de cortar R\$ 30 bilhões do crédito do banco, reivindicado principalmente pelo setor automotivo.

Levy aceitou analisar apenas a ampliação, para o final deste mês, do prazo de adesão ao PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que venceu em 30/10. reação



## **REAÇÃO**

As especulações sobre a saída de Levy do cargo mexeram com o mercado financeiro no fim da tarde desta terça (10).

Na Bolsa brasileira, em que o Ibovespa terminou o dia com leve avanço de 0,03% (para 46.206 pontos), as principais ações acentuaram o movimento de alta nas negociações após o fechamento do pregão.

Os papéis preferenciais do Itaú, que possuem o maior peso dentro do índice, tiveram alta de 1,57% nas negociações noturnas —no horário regular, a elevação havia sido de 0,62%. O mesmo aconteceu com as ações do Banco do Brasil, cujo ganhou foi de 0,88% para 1,94%.

O dólar à vista, referência no mercado financeiro, acentuou a queda por volta das 17h, nas negociações realizadas após o fechamento do dia (às 16h, a R\$ 3,788). A moeda, que chegou a valer R\$ 3,7329, era cotada a R\$ 3,7501, em queda de 1,01%, às 20h44 —a variação considera os mercados internacionais, que ainda operavam neste horário.

De acordo com analistas, a tendência da taxa de câmbio já era de queda, influenciada pela estratégia do Banco Central de realizar leilões no mercado como forma de se antecipar à demanda sazonal de fim de ano, quando aumenta o valor enviado ao exterior para pagamento de dívidas e remessas de lucros, por exemplo.

A notícia da possível saída do ministro da Fazenda, no entanto, dominou as negociações no fim do dia. Parte do mercado avalia que a substituição de Levy pode ser positiva, já, de acordo com analistas, o ministro perdeu força para realizar o ajuste fiscal necessário. "A notícia se torna potencialmente boa, mais pela mudança em si do que pelo nome de Meirelles", afirmou um operador.

Para André Perfeito, da Gradual Investimentos, é preciso encarar as especulações com cautela. "Estão demitindo o Levy desde o início do governo. E a presidente Dilma Rousseff tem dado apoio a ele durante todo esse período", disse. "O mercado está numa fase de autoengano muito grande. Tirar o Levy sem um nome para substituir é o o pior dos mundos.

## **Editorial: Carga política**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A greve arruaceira de motoristas de caminhão que bloqueou estradas em pelo menos uma dezena de Estados nesta semana oferece exemplo gritante de irresponsabilidade. Convocada à revelia dos sindicatos da categoria, parece veicular mais uma carga pesada de ressentimento político do que reivindicações classistas razoáveis.

Mal se conhece a pauta propriamente corporativa da paralisação.

Piquetes já haviam prejudicado a vida de milhares de pessoas em março e abril passados. Alguns pedidos tinham sido atendidos pelo governo federal, mas não o de uma tabela com valores mínimos de frete —item que volta à tona agora, de carona com uma não menos descabida exigência de redução do preço do diesel.

Paradoxalmente, representantes do movimento deixam claro que se recusam a negociar com o Planalto. Mais que frete e diesel, o que trombeteiam nas rodovias interditadas são palavras de ordem contra a presidente Dilma Rousseff (PT) e a favor do impeachment.

Tanto o direito de greve quanto o de livre manifestação contam com inequívoco amparo constitucional. Isso não autoriza ninguém, contudo, a tomar o público como refém, com vistas a obter repercussão para objetivos sectários, mais que corporativistas.



Não é a única categoria a valer-se do expediente autoritário, lamentavelmente. Outras classes de motoristas e até professores cultivam o mau hábito de promover manifestações com o intuito explícito de parar o trânsito e chamar a atenção.

Pouco importa a eles que dezenas de milhares de trabalhadores se atrasem para chegar ao emprego ou percam horas de descanso merecido. Menos ainda que seus bloqueios resultem em colapso do abastecimento à população, proporcionando prejuízos de monta.

Acusam-se o Comando Nacional do Transporte –uma entidade cuja existência parece reduzir-se às redes sociais– e seu líder, Ivar Luiz Schmidt, de compor uma linha auxiliar e barulhenta do aglomerado de movimentos pró-impeachment.

Em uma democracia, não se pode proibir ninguém de ter preferências políticas, por certo. Mas a questão não é de conteúdo na manifestação, e sim de forma: regras mínimas de convivência em sociedade foram desacatadas por um grupo minoritário.

Se não se mostrarem de todo incapazes de aprender, como já sugere a sucessão de iniciativas paralisantes, um dia talvez percebam que por essa via terminarão atolados no repúdio da população à sua causa. Na ânsia de fustigar o poder central, e no delírio de derrubar com buzinas um governo constituído, arriscam-se a perder o rumo e chegar a lugar nenhum.

## É a política...

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Por maior que seja nossa torcida para que o Executivo apresente ao Congresso um programa claro e razoável para sair do estresse político e da crise fiscal em que nos metemos e por maior que seja o nosso apoio aos esforços dos ministros da área econômica, não há como ignorar a confusão das contas públicas.

De um lado, abusou-se da "alquimia fiscal". De outro, da "criatividade assistencial", com a alegre expansão de programas, bem intencionados mas, infelizmente, mal projetados e mal focados como o Minha Casa, Minha Vida, cujo custo anda às voltas de R\$ 20 bilhões e o da Sustentação do Investimento (PSI), no BNDES, que deve custar cerca de R\$ 8 bilhões neste ano com o fim das "pedaladas", além da inacreditável desoneração da folha de pagamentos (que fazia sentido para a exportação), cujo custo anual anda às voltas de R\$ 25 bilhões.

Consumem o dobro do bem focado e com condicionalidades adequadas, mas que, com toda a evidência, está a pedir melhor mecanismo de controle, o inegavelmente bem sucedido Bolsa Família.

Pedir melhor controle não é criticar o programa e muito menos sugerir sua redução, é apenas exigir que ele atinja, de fato, o seu real beneficiário e não a multidão de "intermediários" (prefeitos, líderes comunitários, comerciantes etc.) que se acomodou e hoje parasita o programa!

Honestamente, é muito difícil entender como se anunciaram aqueles programas (e, pior, o Fies, um bom programa da educação), sem uma análise judiciosa da evolução dos seus custos, o que levou à sua interrupção intempestiva.

No decorrer de 2014, quando o efeito deletério do voluntarismo ativo mostrava a sua cara, com um crescimento do PIB negativo a partir do segundo trimestre contra o seu homólogo do ano anterior, o governo –para vencer as eleições– ignorou o bom senso e subestimou as consequências do afrouxamento fiscal.

A prova disso é que durante todo o ano de 2015, vimos o Planejamento e a Fazenda "descobrir", lentamente, a tragédia escondida, chegando ao absurdo de enviar ao Congresso o orçamento com "deficit primário" que escandalizou o mundo financeiro.

Terminamos outubro sem saber qual será o deficit primário da União (a última estimativa é de mais de R\$ 100 bilhões). Talvez saibamos no relatório do Tesouro do final deste mês.

A verdade é que não se trata de um problema econômico (para o qual qualquer economista bem apetrechado tem solução). Trata-se da desintegração da ordem política somada à confusão na ordem fiscal que se autodestroem.

Só a reconquista institucional da ordem política pode salvar a economia e dar um futuro à sociedade brasileira.

### **Economia brasileira pode se recuperar com facilidade, diz Krugman**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O economista americano Paul Krugman, prêmio Nobel de 2008, traçou um cenário benigno para a economia brasileira que, segundo ele, passa por percalços devido ao fim do ciclo de alta nos preços das commodities e pelo abalo na credibilidade do governo.

Segundo o economista, o país tem tudo para sair da atual crise assim que a inflação cair e o Banco Central puder reduzir as taxas de juros. "Não vai ser neste ano e talvez não seja no próximo. Com a inflação menor, os juros vão voltar a cair e isso vai aliviar as contas do governo", afirmou.

O maior risco, segundo o economista, é a economia mundial mergulhar em uma nova crise derivada da desaceleração do crescimento na China. Nesse caso, Krugman vê uma depreciação adicional no preço de commodities, deflação espalhada pelo mundo e baixo crescimento tanto nos países desenvolvidos quanto nos emergentes.

"Não acredito muito nessa possibilidade, mas gostaria de estar mais certo sobre isso. Mas será uma crise menor do que a de 2008 porque não há contaminação nos ativos financeiros", afirmou.

Krugman disse que a economia brasileira está mais sólida do que no passado, especialmente nas contas externas. Afirmou ainda que a inflação atual é alimentada pela alta do câmbio e não por fatores estruturais, como nos anos 90. No entanto, reconheceu que a história brasileira não permite descuidar da alta dos preços.

O economista americano afirmou que o "Brasil saiu de moda" entre os investidores internacionais, que passaram a dar mais atenção aos problemas fiscais e às dificuldades políticas do governo. "Daqui algum tempo verão que houve um excesso de pessimismo", afirmou.

Segundo Krugman, a economia mundial está "persistentemente deprimida", o que deveria inviabilizar um aumento de juros nos EUA. No entanto, Krugman afirmou que o Fed [Federal Reserve, BC dos EUA] vai subir os juros americanos em dezembro. "será um grande equívoco".

Como consequência da alta de juros americanos, Krugman acredita em uma pressão adicional pela valorização do dólar em relação às moedas emergentes e aos preços das commodities, o que deve dificultar o combate à inflação brasileira.

O economista participou do HSM Expomanagement em São Paulo.

## 'Mar de lama' de barragens paralisa indústrias na região do rio Doce

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A chegada da lama das barragens da Samarco ao rio Doce começa a afetar os negócios em cidades ribeirinhas da região. Empresas de variados portes –da fabricante de celulose Cenibra a cooperativas agroindustriais– estão sendo forçadas a suspender a produção por dificuldades no suprimento de água.

O frigorífico Mafrial, de Governador Valadares (MG), decidiu fechar as portas ao meio-dia desta terça-feira (10) e mandar os 412 funcionários para casa por pelo menos três dias. "Tivemos que parar porque não há condições de tratar a água. É muita lama. E existe a suspeita de que há muito resíduo de minério, contaminação. Não posso arriscar", disse Waltair Moreira, gerente industrial do Mafrial.

O frigorífico é um dos 144 usuários autorizados a captar água no rio Doce, lista que inclui desde produtores rurais a empresas de saneamento, e está entre as empresas que têm sofrido os impactos da tragédia.

O Mafrial capta de 400 a 500 litros de água por dia do rio Doce, que fica a 30 metros de distância do portão do abatedouro. A água é tratada e usada na higienização dos equipamentos e no processo de abate.

A empresa abate por dia 600 cabeças de gado, que são comprados de 200 produtores rurais da região. Essa carne abastece frigoríficos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. "O prejuízo ambiental e financeiro é grande", afirma Moreira.

Uma das primeiras a suspender as atividades foi a fabricante de celulose Cenibra, que fechou as portas da fábrica em Belo Oriente ainda no sábado (7), "devido às restrições para captação de água no Rio Doce".

Em nota oficial, a empresa diz que não há previsão de retorno da fábrica, que tem capacidade para produzir 1,2 milhão de toneladas.

A Cooperativa do Vale do Rio Doce, que produz 200 litros de leite por dia da marca Ibituruna, em Governador Valadares, percorreu as fazendas da região para alertar seus 1.500 produtores a não utilizar a água do rio.

Os produtores de leite utilizam a água para alimentar o rebanho, irrigar a capineira (pasto de capim) e produzir milho. Segundo Gilmar Oliveira, gerente-geral da cooperativa, a preocupação é com o que pode existir na água.

"Estamos ainda aguardando os órgãos competentes nos dizerem quando e se poderemos tratar a água. O que estamos vendo é um rio sem oxigênio, com muito peixe morrendo", disse Oliveira.

Localizada em Resplendor, quase na divisa com o Espírito Santo, a Capel Tradição em Laticínios começa a se preparar para enfrentar a crise.

"Fomos informados que a segunda onda de lama chegará aqui amanhã [quarta-feira] e teremos que interromper a captação de água", diz o gestor da área de meio ambiente da empresa, Fabiano Rodrigues dos Santos.

A Capel capta do rio Doce uma média de 8 litros por segundo, usados para limpeza de equipamentos e alimentação de caldeiras, além do consumo dos empregados.

Santos explica que a água de poços artesianos vai permitir a manutenção de determinadas atividades, mas as linhas de produção de leite UHT e de queijos, excluindo a muçarela, serão paralisadas.

"Sem água não dá para trabalhar", lamenta ele, calculando uma perda de 30% na receita até que a situação se restabeleça.

### **Sem acordo com empresa, funcionários da EBC entram em greve**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Sem chegar a um acordo com a direção da empresa, servidores públicos da companhia estatal EBC (Empresa Brasil de Comunicação), ligada ao Palácio do Planalto e responsável pela TV Brasil e pela Agência Brasil, entraram em greve nesta terça-feira (10).

A paralisação por tempo indeterminado afetou as quatro praças de atuação da companhia: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Maranhão. Os funcionários grevistas reivindicam um reajuste salarial superior ao oferecido pela direção da empresa estatal.

Com base em estimativa do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), os sindicatos da categoria exigem uma recomposição salarial de 9,8%, relativa à inflação de outubro de 2014 a novembro de 2015. Em contrapartida, a EBC ofereceu um percentual de 3,5% para os anos de 2015 e 2016.

Os empregados reivindicam ainda um ganho real linear de R\$ 450 e o corte em privilégios para cargos de diretoria, como vaga privativa na garagem e auxílio-moradia. Os sindicatos dos funcionários e a direção da empresa ainda não têm estimativas de quantos servidores públicos aderiram à paralisação.

Nesta terça-feira (10), em assembleia da categoria, os servidores públicos decidiram manter a greve em tempo indeterminado. Uma nova assembleia foi marcada para a próxima quinta-feira (12).

Em nota, a assessoria de imprensa da EBC informou que, "diante da sinalização das lideranças de que a proposta não seria aceita", a empresa decidiu ingressar com pedido de dissídio coletivo junto ao TST (Tribunal Superior do Trabalho).

"A direção da EBC lamenta a deflagração da greve e mantém sua disposição para encontrar uma solução negociada", disse.

Além da TV Brasil e da Agência Brasil, a EBC é formada por Portal EBC, Radioagência Nacional e emissoras de rádio, como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília.

### **Eike é condenado a 5 anos sem exercer cargo em empresas de capital aberto**

11/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) condenou o empresário Eike Batista a cinco anos sem poder exercer cargos em companhias abertas, em julgamento realizado nesta terça-feira (10).

Eike foi condenado por conflito de interesses em decisões envolvendo a petroleira OGX (hoje chamada de OGPar). A decisão da CVM foi tomada por unanimidade, com votos dos três diretores presentes.

A defesa de Eike vai recorrer da decisão no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, chamado de Conselhinho.

## **PROCESSO**

O processo julgado nesta terça foi aberto após denúncia feita pelo acionista minoritário Márcio Lobo, que reclamava de conflito de interesses em votações de Eike como presidente do conselho da OGX, uma vez que o empresário era também controlador da companhia.

Segundo a denúncia, a atuação violaria o artigo 115 da Lei das Sociedades Anônimas, que diz que "o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador".

Na assembleia de acionistas do dia 2 de maio de 2014, os fundos de investimento de Eike aprovaram, entre outras coisas, os resultados da companhia em 2013, quando a petroleira teve prejuízo de R\$ 17,4 bilhões.

## **Produção industrial de Minas Gerais cai 2,3% em setembro**

11/11/2015 – Fonte: EM.com

A produção industrial mineira apresentou queda de 2,3% no mês de setembro em relação a agosto, o quinto pior resultado entre as áreas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A redução da produção industrial de setembro em relação a agosto - série com ajuste sazonal - foi observada em dez dos quatorze locais pesquisados.

Na comparação com períodos do ano anterior, todos os indicadores estaduais foram negativos: o mensal - contra o mesmo mês do ano anterior, com recuo de 11,1% na atividade, o sétimo pior resultado, o acumulado no ano com queda de 7,2%, também o sétimo pior resultado e o acumulado em 12 meses, que caiu 6,7%, o sexto pior resultado.

Os resultados negativos se apresentaram em todas as áreas e em todos os tipos de comparação, com exceção do Pará, Espírito Santo e Mato Grosso. O estado de Goiás apresentou crescimento no resultado acumulado em 12 meses.

Com esses resultados, a produção industrial mineira registrou, em setembro de 2015, uma queda de 16,1% em relação a julho de 2008, o seu ponto máximo antes da crise internacional. Para o Brasil, para o mesmo período, o resultado foi de -14,1%.

Na comparação com igual mês do ano anterior, atividade fabril mineira, ao recuar 11,1% no índice de setembro de 2015, marcou a décima oitava taxa negativa consecutiva nesse tipo de confronto e a mais intensa desde agosto de 2009 (-13,3%) e com nove das treze atividades pesquisadas apontando queda na produção.

O indicador acumulado de janeiro a setembro deste ano mostrou recuo de 7,2% em relação ao mesmo período de 2014 e com dez dos treze ramos pesquisados apontaram queda na produção.

O desempenho da indústria vem apresentando resultados negativos desde maio de 2014 para Minas Gerais e desde junho de 2014 para o Brasil.

## **Anfir diz que empresas de implementos rodoviários estão focadas em exportação**

11/11/2015 – Fonte: Em.com

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir), Alcides Braga, afirmou nesta terça-feira, 10, que as empresas do setor tendem a dar uma importância maior para o mercado externo em 2016, dadas as condições atuais no

mercado interno e o dólar em patamares que favorecem a exportação. "Já percebemos um movimento bem intenso das empresas em relação ao mercado externo, todas estão focadas nesse ponto.

Algumas companhias que já vinham fazendo esse trabalho estão incrementando as vendas nesse mercado", disse Braga, durante coletiva de imprensa. "Quem tem produto, quem tem capacidade de exportação, está trabalhando com isso", ressaltou.

O presidente da entidade também comentou que espera que o dólar fique na faixa entre R\$ 3,50 e R\$ 3,70 em 2016. "É um bom dólar para exportar", disse. "Como a base de comparação é favorável, já que nossa história recente de exportação é pífia, qualquer crescimento vai ser expressivo", destacou.

Segundo Braga, a priorização do mercado interno nos últimos anos foi uma estratégia errada por parte dos fabricantes de implementos rodoviários. "Nós já mandamos nos mercados do Oriente Médio e da África nos anos 80 e 90, mas essa posição foi desmontada ao longo dos anos", disse.

O presidente da Anfir, no entanto, acredita que a produção nacional pode aos poucos voltar a ganhar expressividade nos mercados internacionais. "As escolhas que fizemos não foram adequadas, mas essa não é uma guerra perdida. Temos que voltar a fazer alianças internacionais e voltar a ativar o processo de exportação", afirmou.

### **Protesto contra demissões na Usiminas tem confronto com a PM**

11/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Manifestantes e policiais militares entraram em confronto durante um protesto em frente à siderúrgica Usiminas, em Cubatão, São Paulo, na manhã desta quarta-feira, 11. Trabalhadores fazem uma manifestação, desde cedo, contra a paralisação na produção de aço e a uma eventual demissão de pelo menos 4 mil colaboradores diretos.

Houve confusão quando um grupo de manifestantes tentou impedir a entrada de ônibus que chegavam com funcionários. A PM usou bomba de gás lacrimogênio e spray de pimenta para tentar as cerca de 300 pessoas que se concentram no local. A cavalaria da corporação também entrou em ação. Uma pessoa acabou detida.

A prefeitura decretou ponto facultativo a partir das 11h para incentivar os moradores a participar da manifestação, segundo informação da rádio CBN, já que a siderúrgica é uma das maiores instaladas na área da cidade e reúne trabalhadores de toda a Baixada Santista.

### **Empresas voltam a contribuir com previdência por meio da folha salarial**

11/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

Com a revisão das desonerações, muitas empresas estão voltando a contribuir com a Previdência Social por meio da alíquota de 20% sobre a folha de pagamento.

O que inicialmente foi uma política de incentivo à formalização do trabalho, pode se transformar agora em um mecanismo de estímulo a menores níveis de empregabilidade nas companhias. Isso porque ser tributado pela receita bruta ficou mais caro para algumas companhias.

Gabriela Miziara Jajah, associada da área tributária do Siqueira Castro Advogados informa, inclusive, que empresas clientes do escritório devem migrar a sua base de referência das contribuições previdenciárias para a folha salarial, no próximo mês, para reduzir despesas.

"Com a revisão das desonerações, as alíquotas incidentes sobre a receita bruta das empresas mais do que dobraram. Tendo em vista que isso ocorreu em um cenário de recessão, trata-se de uma dupla oneração, já que o empresário está com menos poder aquisitivo de arcar com uma alíquota maior, mesmo que tenha registrado queda em seu volume financeiro", afirma Miziara.

A advogada ressalta que a opção tem sido atraente para as companhias com folha de pagamento "mais enxuta", ou seja, com baixos níveis de empregabilidade ou de custos com funcionários.

Já as empresas com folha salarial "inchada" estão preferindo continuar contribuindo via receita bruta.

Miziara acrescenta que, em meio à um cenário econômico de incertezas, ser tributado pela folha de pagamentos pode oferecer mais estabilidade, já que esta sofre poucas alterações ao decorrer do ano.

"A folha salarial é uma base de referência mais constante, que sofre poucas alterações de um mês a outro", reafirma a advogada sobre outro fator que tem influenciado na decisão das empresas.

Com sanção da Lei 13.161, pela presidente da República, Dilma Rousseff, em setembro deste ano, algumas alíquotas de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mais que dobraram.

Segmentos que pagavam alíquota de 1%, passaram a arcar com 2,5%. Outros que eram tributados a uma alíquota de 2%, passaram a contribuir com 4,5%. As empresas de call center, por exemplo, tiveram percentual elevado de 2% a 3%.

As desonerações foram autorizadas pela presidente Dilma no ano 2011, por meio da sanção da Lei 12.546.

### **Mais da metade**

As contribuições previdenciárias são as principais onerações dos empresários, correspondendo a mais da metade dos tributos que incidem sobre a folha salarial que, em média, podem alcançar 36%, diz Andre Felix Ricotta de Oliveira, sócio da Innocenti Advogados Associados.

Para ele, é urgente reduzir pela metade a "oneração de 20% sobre a folha", como forma de incentivar a formalização do mercado de trabalho que, atualmente, começa a registrar queda nos indicadores econômicos, dada à retração da atividade econômica. Contudo, reconhece que, neste momento de ajuste fiscal, esse debate deve ficar esquecido.

Miziara considera que a contribuição empresarial à Previdência deveria ter como referência a receita líquida das companhias, ao invés da folha de salários ou da receita bruta.

"Muitas empresas têm uma receita bruta alta, porque o capital de giro é muito elevado mas o lucro é bem menor", diz a advogada, destacando que a incidência das alíquotas deveria ser proporcional à receita líquida das empresas.

Além disso, ela ressalta que essas medidas precisam ser acompanhadas de reformas no sistema de Previdência Social, como o aumento da idade mínima de aposentadoria e ampliação da previdência complementar pelos setores.

"A alíquota de 20% de contribuição previdenciária é um desincentivador à formalização da economia", assinala.



## **Salário educação**

Outra alíquota que incide sobre a folha de pagamentos é a contribuição ao Sistema S - que varia de 0,2% a 2,5%, abrangendo o Senai, Senac, Sesi, entre outros.

Sobre este tributo, Miziara defende que seja mantido, "já que os recursos do Sistema S têm sido bem geridos". "O sistema tem cumprido um importante papel educacional e de qualificação dos empresários", diz a advogada.

Sobre o salário educação, que tem incidência de 2,5% sobre a folha, a advogada afirma ser um debate mais difícil por se tratar de um recurso destinado á educação.

"O Supremo [Tribunal Federal] já se manifestou [favoravelmente] à constitucionalidade da contribuição. Esta é uma daquelas receitas amarradas [à Constituição], destinadas ao custeio da educação dos estados e municípios", lembra a advogada, ressaltando que, atualmente, não há espaço para discutir a revisão do tributo.

Já o sócio da Innocenti Advogados Associados sugere que o governo busque outras bases de incidência de tributos como o Salário Educação, que não sejam referentes a gastos de empresas. "É um absurdo tributar despesas, como se faz com a folha salarial", critica.

"Legalizar algumas atividades, como os jogos de azar, pode ser uma alternativa, por exemplo. Essa regulação pode gerar uma fonte de receitas considerável ao Estado", avalia. "Essa seria uma forma de reduzir a carga aos empresários".

## **Aumenta pressão sobre a Vale diante de tragédia em Minas Gerais**

11/11/2015 – Fonte: R7

Com o desespero inicial causado pelo rompimento de duas barragens da mineradora Samarco em Minas Gerais se transformando em raiva, parlamentares brasileiros cobraram nesta terça-feira regras mais duras no novo código de mineração e a gigante Vale começou a sofrer maior pressão para ajudar as famílias afetadas e conter o impacto ambiental.

Em cinco dias de esforços para encontrar desaparecidos, seis mortos foram encontrados, dos quais quatro identificados, e 21 vítimas permanecem desaparecidas, em um dos piores desastres da indústria de mineração da história do Brasil.

A tragédia desencadeou investigações do Ministério Público e estimulou cobranças por regras mais rigorosas para a indústria de mineração, um grande gerador de empregos e receitas para o setor público.

O relator do novo Código da Mineração, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), afirmou à Reuters na terça-feira que planeja adicionar medidas para tornar a regulação mais rigorosa sobre barragens de rejeitos da atividade.

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, reconheceu que as regras estaduais de mineração não são suficientes e seus assessores disseram que devem repensar seus esforços para acelerar os licenciamentos.

A crítica pública caiu em primeiro lugar sobre a operadora Samarco, mas o centro das atenções voltou-se para os grandes nomes por trás da joint venture, detida pela australiana BHP Billiton, a maior empresa de mineração do mundo, e a Vale, a maior produtora mundial de minério de ferro.

"A Samarco é um nome fantasia, nós precisamos da BHP e da Vale para assumir responsabilidades por essa tragédia", disse Duarte Júnior, prefeito da cidade de Mariana.

## **FORTE CONTRASTE**

A resposta pública da BHP tem sido rápida, mas a Vale até agora parecia distante.

O presidente-executivo da BHP, Andrew Mackenzie, realizou uma coletiva nas primeiras horas após o desastre e a empresa anunciou que ele viajará ao Brasil para averiguar os danos. A empresa também publicou atualizações quase que diárias sobre a tragédia, em inglês e português, na parte superior de seu site.

Em contrapartida, a Vale divulgou um comunicado de cinco parágrafos cerca de 24 horas após o desmoronamento das barragens, quando informou que a Samarco iria concentrar as informações sobre o desastre.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, fez uma visita não anunciada a Mariana no sábado, que foi revelada pela empresa apenas dois dias depois.

O prefeito de Mariana tem trabalhado muito próximo a representantes da Samarco, mas ele frisou nesta terça-feira que as donas da Samarco precisam estar presentes na cidade.

Após diversas cobranças por parte da imprensa e de autoridades locais, a Vale soltou um extenso texto no fim da tarde desta terça-feira detalhando cada uma das medidas tomadas pela empresa desde o rompimento das barragens, incluindo máquinas utilizadas e número de trabalhadores envolvidos.

A mineradora também explicou que após o rompimento da barragem de Fundão, a Vale realizou, no último fim de semana, uma verificação detalhada das condições estruturais de 115 das barragens mais relevantes da empresa e que nenhuma alteração foi detectada. Nos próximos dias, estarão concluídas as inspeções de todas as barragens da Vale, afirmou a mineradora no texto.

A Vale também informou por meio de sua assessoria de imprensa que Murilo Ferreira visitará Mariana na quarta-feira, juntamente com o presidente da BHP. Ainda não há informações sobre o itinerário e se os executivos vão falar com jornalistas.

"Evidentemente, jamais poderemos voltar ao passado e recuperar as vidas perdidas neste triste episódio, mas não vamos medir esforços para ajudar a reconstruir a história de cada uma das pessoas afetadas, assim como recuperar o meio ambiente", afirmou o presidente da Vale, Murilo Ferreira, no texto.

Os biólogos alertam que o impacto ambiental pode ser permanente, matando peixes e devastando fazendas.

O turismo e outros setores já estão sofrendo. A fabricante de celulose Cenibra suspendeu as operações em duas linhas de produção devido à lama, que ameaçou sua fonte de captação de água.

A presidente Dilma Rousseff não viajou para a área do desastre, embora tenha afirmado em um discurso na terça-feira que o governo está "extremamente preocupado" com a lama e rejeitos das barragens que estão descendo o Rio Doce em direção ao Espírito Santo, colocando em risco o abastecimento de água da região.

**Schmersal apresenta novo produto de segurança para dobradeiras hidráulicas e elétricas**

11/11/2015 – Fonte: CIMM

Empresas com a necessidade de adequar suas dobradeiras hidráulicas e elétricas podem contar agora com um produto inovador para gerenciamento de todas as funções de segurança relacionadas ao controle e monitoramento da máquina. Trata-se do Sistema

Laser de Segurança Defender Plus, lançamento desenvolvido pela Schmersal, multinacional alemã especializada em sistemas de segurança.

O Defender Plus é um controlador pré-programado com sistema de segurança desenhado especificamente para melhorar o desempenho e a segurança de prensas dobradeiras. O produto é indicado somente para dobradeiras hidráulicas e elétricas com duas velocidades, rápida para aproximação da dobra, e lenta de 10mm/s para execução da dobra.

O sistema deste produto é uma solução de segurança completa, com certificado CE e TÜV, além de atender as normas EN12622 / NR12. O Defender Plus gerencia todas as funções de segurança relacionadas ao controle e monitoramento da máquina como proteções móveis, parada de emergência, escorregamento, velocidade e posição do avental/ferramenta.

O produto conta ainda com um sistema muito rentável por combinar os seguintes itens: monitoramento das portas laterais e traseiras, monitoramento dos botões de emergência, monitoramento da área de dobra por feixes a laser, monitoramento automático de excesso de velocidade e escorregamento, definição e monitoramento automático do ponto de inibição.

É o único que possui todas estas funções, pois, além de monitorar o desempenho da prensa dobradeira, também informa as condições e falhas com mensagens de diagnósticos detalhadas.

## **DAF investe para fazer motor no Brasil**

11/11/2015 – Fonte: CIMM

Pouco mais de um ano após ter iniciado sua produção brasileira em Ponta Grossa (PR), a DAF começou este mês também a fazer os motores Paccar MX de 12,9 litros na unidade paranaense, que recebeu investimento de R\$ 60 milhões para montar quatro modelos, de 360, 410, 460 e 510 cavalos.

“Avaliamos que seria uma boa oportunidade de aumentar o nosso grau de nacionalização, que já está em torno de 65% e deve aumentar progressivamente nos próximos anos”, explicou Michael Kuester, presidente da DAF Caminhões Brasil, durante o primeiro dia da Fenatran 2015, que abriu suas portas na segunda-feira (9), e fica aberta ao público até a sexta-feira (13).

O motor já tem o bloco produzido no Brasil pela Tupy desde o início das atividades da DAF no País. Até o mês passado o bloco era enviado à fábrica da montadora na Holanda e depois regressava montado à Ponta Grossa.

“Agora vamos economizar na logística, mas vários outros componentes nacionais serão agregados em curto prazo. Já estamos negociando com fornecedores, inclusive muitos deles estão nos visitando aqui na Fenatran”, disse Kuester. “Com o bloco feito aqui, já temos um bom volume de nacionalização em peso, agora temos de elevar o valor agregado local”, acrescenta.

Outra novidade da DAF na Fenatran (esta já amplamente esperada) é a nova linha de caminhões CF85, um modelo pesado logo abaixo do extrapesado XF105, o primeiro modelo nacional da marca.

O CF chega com opções de motorização de 360 ou 410 cavalos – o mesmo MX 12.9 usado também pelo XF – e tração 4x2 ou 6x2. Com essas configurações, o cavalo mecânico atende aplicações para tracionar até 60 toneladas em curtas e médias distâncias, para o transporte de carros (cegonha), químicos e cargas fracionadas em carretas de três eixos.

Mas há planos para outras versões, como chassis-cabine para receber diversos tipos de implementos.

### **Ambição aumentada**

“Nosso maior desafio agora é ampliar a linha de produtos para atingir uma fatia maior do mercado”, afirma Kuester. De janeiro a outubro deste ano a DAF aumentou 66,7% suas vendas no Brasil, mas os 350 caminhões emplacados representam ainda volume muito baixo para quem investiu em uma fábrica que pode fazer até 10 mil unidades/ano em apenas um turno de trabalho.

“Claro que esperávamos mais quando decidimos investir aqui, mas viemos para ficar e temos de trabalhar dentro da realidade atual. Nossa visão continua sendo de longo prazo”, diz o executivo, diante da queda do mercado brasileiro de caminhões, que já supera retração de 45% este ano.

Sendo uma das duas únicas fabricantes de caminhões presente da esvaziada Fenatran 2015, a DAF aproveitou para triplicar sua área de exposição e a ausência de boa parte da concorrência para aparecer mais, em sua terceira participação no evento desde 2011, quando anunciou a construção de fábrica no Brasil. “Apesar do ano difícil, para nós não havia escolha. Precisamos nos tornar mais conhecidos pelos brasileiros e a feira tem essa função”, justifica Kuester.

A expectativa é vender em torno de 450 XF e CF até o fim de 2015. Para 2016, as projeções da DAF indicam um mercado igual ao deste ano (de 70 mil a 75 mil unidades), mas com substancial aumento de participação da marca.

“Esperamos vender perto de mil caminhões e alcançar market share de 5%”, informa Kuester. “Este foi um ano de aprendizado, agora temos mais experiência para atender o cliente brasileiro e seguir crescendo.” Uma das medidas nesse sentido foi a criação do Consórcio Nacional DAF, administrado pelo grupo Randon.

Como parte da estratégia de crescimento, também chega ampliada à Fenatran a linha de extrapesados XF com a introdução da Super Space Cab, uma das maiores disponíveis no mercado com 2,1 metros de altura interna e cama de 2,1 de comprimento por 85 cm de largura, além de facilidades como mesa retrátil e possibilidade de instalação de geladeira e forno micro-ondas.

O modelo também oferece novas opções de entre-eixos do cavalo mecânico 6x4 de 3,3 e 3,6 metros e do 6x2 de 3,2 e 3,6 metros, além de tanque de Arla 32 para 75, 100 e 110 litros.

## **Mais de 1.500 sul-coreanos apresentam queixa contra a Volks**

11/11/2015 – Fonte: Exame



Mais de 1.500 proprietários de automóveis Volkswagen e Audi, na Coreia do Sul, apresentaram queixa coletiva contra o fabricante alemão para exigir o cancelamento da compra e o reembolso do valor pago pelos carros, informa hoje (11) a agência Yonhap.

Os 1.536 proprietários de carros da marca entraram com ação no tribunal de Seul, alegando que foram enganados pela Volkswagen no âmbito do escândalo da manipulação dos valores das emissões de gases poluentes dos veículos a diesel.

O escritório de advocacia que defende os donos dos veículos informou que, no total, mais de 6 mil pessoas apresentaram documentos para aderir à iniciativa e, por isso, o número de demandantes deve aumentar nas próximas semanas.

Eles exigem que a Volkswagen anule os seus contratos de compra dos veículos, aceite a devolução e os reembolse na totalidade, incluindo uma compensação pecuniária.

A ação ocorre depois de a fabricante alemã de automóveis ter começado a oferecer, na segunda-feira (9), vales de até US\$ 1.000 aos clientes afetados nos Estados Unidos, o primeiro passo para recuperar a confiança, segundo a fábrica.

No caso da Coreia do Sul não está previsto ainda nenhum plano de indenização, já que a investigação do Ministério do Ambiente sul-coreano está em andamento, sendo esperada a divulgação dos resultados antes do fim deste mês.

## **Destino do lixo eletrônico vira um desafio planetário**

11/11/2015 – Fonte: Jornal Nacional

O celular, o computador, qualquer equipamento que leve ao mundo virtual, fica velho um dia e vira lixo. E o destino desses resíduos virou um desafio planetário. Veja na matéria do JN por que o Brasil ainda não consegue reciclar o lixo eletrônico em larga escala.

A reportagem mostra uma empresa que poderia ser chamada de "desfábrica". Especializada em desfazer, destruir, dar um fim seguro a aparelhos defeituosos, ou usados, enviados por indústrias, redes de lojas, tudo que se possa imaginar.

A empresa, no interior de São Paulo, também seleciona no meio dos destroços uma série de materiais que podem ser reciclados.

No caso de alguns equipamentos, o reaproveitamento chega perto de 100%. É o caso das maquininhas de cartão de crédito. A empresa recebe, por semana, cinco toneladas delas. Um trabalho de alta responsabilidade, não só pela questão ambiental, mas pelas informações que elas contêm. Ou continham, antes da destruição, que é feita imediatamente. Tudo altamente controlado. Mas empresas como esta ainda são poucas no Brasil, e concentradas no estado de São Paulo.

"Fora de São Paulo, não existem empresas pra receber esse tipo de material e fazer o descarte correto dele. Então provavelmente está havendo o descarte inadequado", afirmou Johnny Alves da Silva, gestor técnico operacional da empresa.

Pelo último levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, só 724 das mais de 5.500 cidades brasileiras têm algum tipo de coleta de lixo eletrônico. E não é por falta de lei: lançada há cinco anos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a implantação da logística reversa, em que importadores, fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores devem promover a coleta e a destinação correta de uma série de produtos.

"A Política Nacional de Resíduos Sólidos é relativamente avançada, acontece que para a regulamentação da lei nós precisamos dos acordos setoriais", disse Tereza de Brito Carvalho, coordenadora do Laboratório de Sustentabilidade Poli/USP.

Fazer esses acordos com cada setor não é tarefa simples: para começar, a indústria eletroeletrônica se divide em várias linhas: a branca, de geladeiras, fogões, lavadoras; a marrom, de TVs, câmeras, DVDs. Eletrodomésticos como liquidificador e forno elétrico compõem a linha azul. Na linha verde, computadores, impressoras, celulares.

O caminho de volta dos equipamentos descartados tem uma série de obstáculos: o tamanho do país encarece o transporte até os centros de reciclagem.

A cobrança de impostos em sequência, ao cruzar estados – alguns até proíbem a passagem desse tipo de material; a definição do que é carga perigosa, que exige veículos e licenças especiais, é outro problema. Um celular descartado, por exemplo: quando ele passa a oferecer algum tipo de risco?

“Ele não é diferente daquele celular que você utilizava, cinco minutos antes de ele quebrar. Se o produto, resíduo eletroeletrônico ou produto fora de uso for classificado como perigoso, você tem um problema, que é toda a burocracia ambiental que vem por trás desse processo.

Um ponto de coleta de recebimento de equipamentos usados em lojas, por exemplo, pontos comerciais, acaba se inviabilizando, porque você vai ter que ter um licenciamento ambiental daquele ponto”, afirmou João Carlos Redondo, diretor de sustentabilidade da Abinee.

Outra discussão é sobre quem deve se responsabilizar pelos computadores da chamada linha cinza. Aqueles sem origem definida, montados com peças de diversas procedências. E ainda: como enquadrar todas as importadoras, responsáveis por 23% do mercado nacional? Muitas não integram nenhuma associação. Não seriam atingidas por acordos setoriais.

“Eu acho que nós conseguimos, não até o final desse ano, conseguimos até o ano que vem assinar um acordo setorial e dar início à logística reversa de eletroeletrônico”, declarou Zilda Faria Veloso, diretora de ambiente urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Um ponto fundamental a ser definido é como financiar o sistema. O custo, só para a linha de computadores, é estimado em R\$ 80 milhões por ano. Existe a ideia de criar uma taxa específica para isso.

“Na União Europeia, ou em países como o Japão, existe sim uma taxa que o consumidor, no momento da compra do produto, ele tem um valor destacado em nota referente à logística reversa daquele produto quando ele for descartado”, afirmou João Carlos Redondo.

O pesquisador Luis Peres Azevedo, da Universidade Federal de Ouro Preto, discorda. Ele acaba de concluir um estudo que mostra que a logística reversa pode dar lucro – pelos cálculos dele, R\$ 11 mil por tonelada de material processado.

“Eu não vejo por que o consumidor, que já está pagando uma taxa de impostos elevada, ainda ser onerado com mais uma taxa para recolher algo que ele usou e que era de interesse do fabricante vender”, disse o engenheiro eletricista Luis Peres Azevedo.

Em Sorocaba, no interior paulista, um exemplo isolado do que deveria ser regra geral. A fábrica de computadores tem uma outra unidade, ao lado, dedicada exclusivamente à desmontagem e reaproveitamento de equipamentos da marca. O plástico é picado, derretido e remoldado em peças para novos equipamentos.

Uma máquina importada da Alemanha tritura as placas de computador e já separa os pedacinhos em três categorias, de acordo com o valor dos metais presentes neles. Mil toneladas de equipamento passaram por ela, no ano passado – mas elas representam só 8% do que a empresa poderia receber de volta.

“Ainda é pouco, e olha que hoje nós temos 400 pontos de coleta ao longo do Brasil pra devolução de equipamentos. Ainda assim, o retorno é pequeno perto do que poderia ser”, afirmou Paloma Cavalcanti, gerente de Sustentabilidade da HP.



Mas, o que fazer quando não há onde entregar aquele aparelho velho, ou mesmo quando não existe um lugar apropriado para ele?

“Hoje eu não tenho um acordo setorial, e não tenho ainda como dizer ‘olha, entrega o seu celular em tal lugar, entrega a sua televisão em tal lugar’.

Se nós formos indicar isso para o consumidor, o consumidor antes de jogar qualquer um desses produtos sujeitos à logística reversa fora, procure informações – ou na prefeitura, que tem essa informação, ou em grandes redes, como supermercados, grandes lojas de material de construção ou o próprio fabricante”, afirmou Zilda Faria Veloso.

## Grupo protesta na porta da Usiminas contra demissões em Cubatão, SP

11/11/2015 – Fonte: G1



Manifestantes realizam um ato contra a paralisação na produção de aço e a possível demissão de pelo menos 4 mil funcionários diretos da siderúrgica Usiminas em Cubatão (SP) desde as primeiras horas da manhã desta quarta-feira (11). Ainda não há reflexos no trânsito da região, mas houve confusão.

Por volta das 6h50, manifestantes tentaram impedir a entrada de dezenas de ônibus que levam trabalhadores para empresa. A PM usou bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta para conter o grupo. Pelo menos três manifestantes foram detidos por policiais militares. Segundo a PM, eles foram levados para a delegacia porque queriam impedir a entrada de trabalhadores no prédio. Os sindicalistas prestaram depoimento e foram liberados.

A prefeitura decretou ponto facultativo, a partir das 11h, para incentivar os moradores a participarem das manifestações, já que a empresa é uma das maiores instaladas na área industrial da cidade e reúne trabalhadores de toda a Baixada Santista.

Representantes do Sindicato da Construção Civil, Central Única dos Trabalhadores (CUT), e outros movimentos sindicais se reuniram na porta da siderúrgica. Depois da confusão com a PM, o grupo começou a deixar a porta da companhia e seguiu em direção à sede da prefeitura, onde está previsto um novo ato. Uma equipe do Batalhão de Choque da PM continua em frente à Usiminas, para evitar possíveis invasões.

### Usiminas

Após o protesto em frente à sede da empresa na cidade de Cubatão, a Usiminas emitiu uma nota, dizendo que a Justiça do Trabalho garantiu a manifestação sindical desde que o grupo não impedisse o acesso dos empregados à usina e que lamenta que o cumprimento da determinação só tenha sido feito com "intervenção da Polícia Militar".

A companhia acrescenta ainda que entende a gravidade do momento, no entanto, acredita que a tentativa frustrada de impedir o acesso à usina "não contribui para a solução dos problemas relacionados à queda progressiva do mercado de aço e dos



gargalos de competitividade do País, fatores que estão na base da decisão de se desativar temporariamente as áreas primárias da Usina de Cubatão".

### **Início da manhã**

Por volta das 6h, representantes do movimento Intersindical e da Polícia Militar iniciaram uma negociação para estabelecer a área onde os manifestantes poderiam ficar.

A PM apresentou uma decisão judicial que delimitava que o grupo ficasse a uma "distância segura" dos portões de entrada da empresa.

"Essa decisão chegou nas nossas mãos às 19h desta terça-feira (10) e informava que deveríamos garantir que os portões estejam livres e que os manifestantes fiquem a uma distância prudente. Essa distância não foi pré determinada, então nós iremos fazer essa avaliação no local. Caso haja necessidade, utilizaremos a força", afirmou o capitão da Polícia Militar, Daniel de Oliveira Maiche.

Imagem obtida pelo **G1** mostra dezenas de policiais jantando no refeitório da Usiminas durante a madrugada desta quarta-feira, antes do início do protesto. De acordo com as centrais sindicais, ação foi uma forma de reprimir os trabalhadores da empresa.

### **Incentivo**

Durante a semana, a administração municipal colocou cartazes pela cidade alertando sobre as manifestações. Sindicatos e movimentos sociais também distribuíram jornais e panfletos pela cidade.

Segundo números da prefeitura de Cubatão, cerca de oito mil trabalhadores podem perder seus empregos, entre funcionários da Usiminas e de empresas que prestam serviços para siderúrgica.

A Polícia Militar também afirmou que irá reforçar o policiamento em Cubatão por conta das manifestações. O número de agentes que serão direcionados ao município não foi divulgado por motivos de segurança.

### **Esquema no trânsito**

Por conta de possíveis reflexos no trânsito, a prefeitura de Santos também convocou agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para reforçar a orientação aos motoristas nas avenidas Nossa Senhora de Fátima, Martins Fontes e para região da Alemoa, que poderão ser afetadas pelas manifestações.

### **"Vai fechar"**

Durante reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), formado pelos nove prefeitos da região, na última terça-feira (3) a prefeita de Cubatão, Marcia Rosa (PT), se mostrou preocupada com o futuro do município caso a Usiminas encerre suas atividades.

"Se o fechamento se concretizar, o município fecha. Nós estamos trabalhando com estimativa de arrecadação própria idêntica ao ano passado, porque não deu para aumentar, que é aproximadamente R\$ 800 milhões, sendo que metade disso é para folha de pagamento. O restante você não consegue pagar. Realmente a cidade fecha. Eu acredito que é possível reverter. Sou otimista, caso contrário não estaria aqui", afirmou.

### **Unindo forças**

Tanto os prefeitos da região, quanto os governos Federal e Estadual, demonstraram apoio à causa que pode afetar empregos em toda a Baixada Santista. Foram elaborados documentos pedindo a suspensão da decisão de encerrar os trabalhos e demitir funcionários pelo prazo de pelo menos 120 dias. A prefeita de Cubatão deve se reunir com diretores da empresa na próxima quinta-feira (12).

## **Cobre recua em Londres e NY após dado industrial da China**

11/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em baixa em Londres e Nova York, em reação a dados industriais piores do que o esperado da China, o maior consumidor mundial de metais básicos.

Em outubro, a produção industrial chinesa teve alta anual de 5,6%, mostrando desaceleração em relação à alta de 5,7% vista em setembro, segundo dados publicados na madrugada de hoje. Analistas previam avanço maior da produção em outubro, de 5,8%.

Por volta das 10h (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 0,2%, a US\$ 4.914,50 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro recuava 0,32%, a US\$ 2,2105 por libra-peso, às 10h25 (de Brasília).

## **Desembolsos do BNDES e consultas por financiamentos seguem em ritmo de queda**

11/11/2015 – Fonte: R7

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mantiveram até outubro o ritmo de queda de cerca de 25 por cento que havia sido apurado até agosto, afirmou o presidente da instituição, Luciano Coutinho, nesta quarta-feira.

Participando de evento no Rio de Janeiro, Coutinho afirmou ainda que o nível de consultas de interessados em financiamentos do banco "reduziu-se de maneira muito forte".

No início do mês passado, o BNDES divulgou que os desembolsos da instituição para financiamentos recuaram 25 por cento no ano até agosto sobre o mesmo período do ano passado, para 85 bilhões de reais.

## **Volkswagen diz que software em motores não é considerado problemático pela Alemanha**

11/11/2015 – Fonte: Reuters

A autoridade de motores da Alemanha não considera problemático o uso de softwares nos motores a diesel V6 de 3 litros da Volkswagen, aqueles que autoridades dos Estados Unidos dizem foram usados para trapacear em testes de poluição do ar, disse o chefe da VW na Grã-Bretanha nesta terça-feira.

Na semana passada, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA disse que a Volkswagen usou aparelhos para trapacear os testes em seus veículos mais luxuosos, ampliando o escândalo que já atingiu milhões de motores a diesel menores.

Em carta ao comitê de parlamentares britânicos divulgada nesta terça-feira, o diretor administrativo da Volkswagen na Grã-Bretanha disse que a autoridade de motores alemã não viu problemas com o software na Europa.

"Acabamos de receber uma confirmação de que a KBA não considera o uso desta tecnologia na União Europeia como problemática e, portanto, está alinhada com a legislação atual", escreveu Paul Willis.

A KBA não estava imediatamente disponível para comentários quando contatada pela Reuters.

## **Inadimplência de empresas de emergentes deve aumentar para 7% em 2016, diz Barclays**

11/11/2015 – Fonte: Reuters

A taxa de inadimplência de empresas de países emergentes pode atingir 7 por cento até o fim de 2016, quase o dobro dos níveis deste ano, diante de um cenário global mais difícil para financiamentos, segundo o banco de investimentos Barclays.

Empresas que embarcaram numa farra de empréstimos durante os anos de crédito fácil após 2009 enfrentam um aumento nos custos dos financiamentos conforme o Federal Reserve se prepara para elevar as taxas de juros dos Estados Unidos. O aumento chegará quando dívidas assumidas por volta de 2010 começarem a vencer.

Em uma nota recebida nesta terça-feira, o Barclays disse que a inadimplência de dívidas dos últimos 12 meses para empresas de mercados emergentes com classificações ruins agora está em 3,8 por cento, após subir de maneira constante desde a mínima recorde de 0,7 por cento atingida em 2011.

O banco vê o índice em 6,5 a 7 por cento até o fim de 2016. "O aumento do Fed deve manter a volatilidade de câmbio elevada; os preços das commodities devem seguir sob pressão; as condições bancárias para empréstimos em mercados emergentes podem ficar mais difíceis. Acreditamos que estes fatores, junto com alto custo de financiamento, contribuirão para taxas de inadimplência maiores nos emergentes em 2016", disse o Barclays.

## **Henrik Henriksson será o novo presidente global da Scania**

11/11/2015 – Fonte: Automotive Business

O Grupo Volkswagen anuncia que Henrik Henriksson será o novo presidente e CEO da Scania, indicado pelo conselho de administração da companhia. O executivo assumirá a posição em 1º de janeiro de 2016 como sucessor de Per Hallberg, que deixa a empresa.

A partir desta data ele passa a integrar o conselho da Volkswagen Truck & Bus, divisão que reúne as três marcas de veículos comerciais do grupo: Scania, MAN Truck & Bus e MAN Latin America.

Nascido em 1970, Henriksson é graduado em administração e está na Scania desde 1997. Até então ele era vice-presidente da companhia responsável pela área de vendas e marketing.

O executivo já ocupou diversas posições de liderança na empresa.

"Continuaremos oferecendo produtos e serviços que levam lucratividade aos nossos clientes e à nossa companhia. Além disso, seguiremos trabalhando para alcançar a liderança do transporte sustentável", declarou em comunicado distribuído pelo Grupo Volkswagen.

## Audi mostra primeiro A3 fabricado no Brasil

11/11/2015 – Fonte: Automotive Business



Vinte e dois anos após o primeiro Audi chegar ao Brasil pelas mãos de Ayrton Senna, a empresa aproveita para prestar uma homenagem ao lendário piloto brasileiro ao mesmo tempo em que começa uma nova fase no País dedicando a ele o primeiro A3 fabricado no Brasil.

Uma versão 1.6 flex foi o primeiro a ser montado na nova linha de produção localizada na unidade paranaense de São José dos Pinhais, mesmo complexo industrial da Volkswagen.

Segundo Joerg Hofmann, presidente da Audi no Brasil, a expectativa é de que neste ano a unidade produza cerca de 1 mil unidades do A3, cuja versão nacional chega neste mês às concessionárias em duas opções de acabamento, Attraction e Ambition.

“O preço será muito competitivo, abaixo de R\$ 100 mil”, revela o executivo. Já para 2016, ele afirma que o volume deverá ser um pouco acima das 1 mil unidades, mas reforça que dependerá exclusivamente da demanda.

“O mercado premium está caindo 25% este ano, mas a Audi está na contramão, crescendo 35%, embora este seja um ano bastante difícil. Se em 2016 não houver medidas que melhorem a confiança do consumidor, será um ano muito mais difícil porque a crise não é só econômica, é uma crise de confiança”, alerta Hofmann.

O novo A3 nacional traz câmbio automático Tiptronic, nova suspensão traseira e entrega até 150 cv de potência contra os 120 cv da versão importada. Ainda neste mês será lançada a versão 2.0 com motor importado.

O modelo brasileiro que também é o primeiro bicom bustível da Audi marca o início da produção em série e também o retorno das operações da companhia no País: na mesma fábrica, a empresa já havia montado a primeira geração do A3 entre 1999 e 2006.

### O NÚMERO UM

O primogênito da Audi que marca sua nova fase no Brasil ganhou um toque exclusivo: a pedido do artista Eduardo Kobra, conhecido por sua arte inovadora de grafites caricatos, a Audi concedeu o carro número um para uma pintura customizada pelo próprio Kobra que remete à homenagem ao piloto.

Além disso, ele também confeccionou um painel de 42 metros de altura por 17,5 metros de largura com o rosto estampado de Senna. As duas obras de arte estão disponíveis ao público: o A3 Sedan ficará exposto até o fim deste ano no Audi Lounge, espaço que a montadora mantém em uma das ruas mais requintadas da capital paulista, a Oscar Freire. Depois disso, rodará o País em ações de marketing.

“Após as exposições, doaremos o primeiro Audi A3 fabricado no Brasil para um leilão online cuja renda será revertida para o Instituto Ayrton Senna”, afirma Hofmann, durante

a apresentação do primeiro A3 brasileiro realizada na terça-feira, 10, no próprio Audi Lounge.

Para Kobra, foi a realização de um sonho: "Ayrton Senna dispensa comentários. Seu caráter e história de superação me inspiraram desde menino. Este é para mim o projeto dos sonhos e de todos os envolvidos com o meu trabalho e com a parceria com o Instituto Ayrton Senna e com a Audi", comentou.

O painel, cujas negociações de autorização demoraram seis meses ficou pronto em vinte dias. Está localizado entre as Avenidas Paulista e Consolação.

### **Vibracoustic vai encerrar produção e demitir 106 em Taubaté, SP**

11/11/2015 – Fonte: G1

A Vibracoustic, fornecedor do setor automotivo, confirmou nesta terça-feira (10) que vai encerrar a produção em Taubaté em dezembro. Com isso, os 106 empregados serão demitidos.

A informação havia sido antecipada na última semana pelo Sindicato das Indústrias dos Trabalhadores da Indústria dos Artefatos de Borracha, que representa os trabalhadores da unidade.

De acordo com a empresa a decisão é reflexo da crise econômica que afeta o país e que provocou recuo na produção de veículos no Brasil. Segundo a empresa, as perspectivas de negócios não permitem a manutenção da planta no Brasil.

A Vibracoustic informou que estuda alternativas para amenizar o impacto da decisão aos trabalhadores. De acordo com o sindicato, as demissões começam no próximo dia 1º.

### **ZF do Brasil avança no desenvolvimento de fornecedores**

11/11/2015 – Fonte: Automotive Business



A ZF do Brasil vai iniciar em 2016 uma nova etapa de seu programa de desenvolvimento de fornecedores, que estará centrada em processos produtivos. Vinte e cinco parceiros da cadeia de suprimentos foram escolhidos para participar da iniciativa, cuja primeira fase é dedicada à gestão financeira, em cinco etapas, a primeira das quais ocorreu em setembro.

Segundo a sistemista, o objetivo é capacitar e estimular parceiros estratégicos das categorias Tier 2 e Tier 3, elevando a qualidade dos processos industriais na cadeia de autopeças e alavancando a competitividade de seus fornecedores.

No módulo de gestão financeira, em andamento, os fornecedores são atendidos em grupos de cinco empresas, onde consultores visitam cada uma das companhias para analisar as áreas de planejamento, processos e governança corporativa.

A Indústria Mecânica Kondor, de Itaquaquetuba (SP), fornecedora de serviços de usinagem de alta precisão que aderiu ao programa, enxerga boas perspectivas na proposta da sistemista. "A ZF busca a melhoria da cadeia e contribui para a sobrevivência

dos fornecedores. Essa é uma forma de demonstrar que não estamos de braços cruzados, somente lamentando a crise. É uma ótima oportunidade para melhorarmos as práticas em todos os processos”, disse Kazunari Okimasu, diretor geral.

O projeto da ZF aconteceu após sua adesão ao Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Automotivos, criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no final de 2014.

Devido às crises econômica e política que ganharam força nos últimos meses os recursos foram temporariamente suspensos. Mesmo assim, os planos de ajuda aos fornecedores se mantiveram por parte da ZF, que convocou o Instituto Euvaldo Lodi para o início dos trabalhos no bloco financeiro. O bloco sobre produção será atendido por colaboradores da ZF.

“No módulo de produção iremos instrumentalizar as ferramentas necessárias para solucionar problemas que tenham sido verificados no módulo financeiro. Por exemplo: se um fornecedor tiver dificuldades com relação à administração de estoque, nós iremos aplicar alguma solução já existente em nossos processos internos, como o Focus Supplier ou a ZF Supplier Academy.

O objetivo é levar aos fornecedores uma série de processos de melhorias e práticas que os levem ao estado da arte de fornecimento”, comenta Tarcisio Costa, diretor de gestão de materiais da ZF do Brasil.

## **Randon se ajusta para mercado 50% menor**

11/11/2015 – Fonte: Automotive Business



Com domínio de 30% de um mercado que se reduziu quase à metade em 2015, a maior fabricante de carretas do País contabiliza queda de 22% no faturamento e desde o ano passado vem cortando custos para se ajustar ao novo cenário.

“Iniciamos em 2014 uma forte gestão de custos para determinar o que estamos fazendo a mais que é possível enxugar. Mas estamos fazendo isso com critério para não inviabilizar o negócio. Não podemos cortar direto, sem ver o que se está eliminando. Contratamos uma consultoria especializada para identificar as oportunidades de melhoria de processos e materiais”, explicou David Abramo Randon, diretor presidente do grupo Empresas Randon, em entrevista a jornalistas no primeiro dia da Fenatran, feira de transporte de cargas que acontece de 9 a 13 de novembro no Anhembi, em São Paulo.

Randon avalia ser difícil prever qualquer volume para 2016, mas diz que a maioria das estimativas converge para um ano igual a 2015. “Se crescer será superficial, no máximo 3% a 5%”, diz. “Foi um ano extremamente difícil, mas a crise nos faz sair do status de acomodação, pensar em soluções e inovações, ficamos melhor preparados para o próximo ano”, destaca.

Entre as iniciativas adotadas para melhorar a produtividade, está a centralização das compras para todas as unidades de negócios, que além dos implementos rodoviários também inclui as divisões de autopeças Fras-le, Jost, Master, Suspensys e Caster Tech.

“Antes cada um tinha seu centro de compras, com a união de todos eles podemos negociar melhor”, diz Randon.

Outra medida é a racionalização de processos. Exemplo disso foi o fim da fabricação de semirreboques na planta de Guarulhos (SP), toda transferida para a sede de Caxias do Sul (RS). A unidade paulista ficou só com a linha leve, de implementos montados sobre chassis, uma fatia do mercado que representa menos de 2,5% das vendas da Randon Implementos atualmente, mas que deve dobrar de tamanho a partir de 2016.

“É um segmento que caiu bem menos do que o de carretas e temos penetração muito fraca, por isso temos oportunidade de avançar”, avalia o presidente da empresa.

As exportações, que ganharam competitividade com a desvalorização do real diante do dólar, também estão na alça de mira, mas Randon explica que no caso de implementos o benefício é limitado.

“Isso porque a maioria dos mercados para onde exportamos implementos hoje (América do Sul e África, principalmente) também tem sofrido com a alta do dólar. Claro que o câmbio atual ajuda, mas o efeito será menor”, calcula o executivo. Mas ainda assim ele estima que as vendas externas da Randon Implementos vão crescer em 2016, superando os 16% que representam hoje do faturamento da divisão.

Randon admite que foi necessário fazer demissões, mas a redução de jornada adotada durante seis meses este ano e o fechamento da porta de entrada, evitando-se novas contratações, “amenizou bastante essa questão”.

Ele informa que a empresa atualmente trabalha em turnos completos e que em dezembro deverão ser concedidas férias coletivas em torno de 20 dias. Por enquanto, não está nos planos a adesão ao PPE, Programa de Proteção ao Emprego criado pelo governo que regulamenta a redução de jornada e salários, em parte complementados com verbas do Fundo de Apoio ao Trabalhador, FAT.

## **TECNOLOGIA**

Para manter a competitividade, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento continuam sendo mantidos em torno de 3% a 5% do faturamento líquido. Um dos frutos dessa estratégia é a segunda geração dos painéis Ecoplate, apresentada no estande da Randon na Fenatran.

As placas feitas com polímero PVC e alumínio ou aço são usadas na fabricação das laterais das carretas graneleiras ou baús e tiveram redução de peso reduzido de 5% em relação à primeira geração lançada em 2005. Em uma carreta de três eixos com laterais Ecoplate 2 a diminuição total estimada pode chegar a 500 kg.

Desenvolvida e patenteada pela Randon e moldada com exclusividade para a empresa por um fornecedor, a Ecoplate 2 é 100% reciclável e elimina o uso de madeira na fabricação de implementos rodoviários.

Na comparação com baús de alumínio, as placas de PVC com paredes duplas e estrutura de colmeia têm ainda a vantagem de garantir melhor isolamento térmico, protegendo a carga do aquecimento causado pelos raios solares.



## **Em pesquisa da Acrefi com empresários, 66% acham que situação do País vai piorar**

11/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A situação econômica do Brasil deve piorar para 66% de um total de 1.000 empresários ouvidos em pesquisa realizada numa parceria entre a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos (Acrefi) e TNS Brasil.

A oferta de crédito deve piorar para 68% dos entrevistados. Ainda para 72% dos entrevistados, o consumo das famílias deve ser reduzido. A preocupação em relação ao futuro atingiu 66% dos entrevistados, sendo que somente 18% veem algum sinal de otimismo.

No mesmo levantamento, apenas 11% acreditam que a presidente Dilma Rousseff vai obter êxito no combate à inflação e 6% em que ela vai conseguir promover uma reforma política. Em 2014, o número que marcava a crença de que a presidente conseguiria combater a inflação era 46% e o que marcava a crença no sucesso na reforma política era 43%.

A reforma política é a principal prioridade para 27% dos entrevistados. O combate à inflação era prioridade para 24%. Para 22%, a prioridade é a retomada do crescimento. A pesquisa foi divulgada na manhã desta quarta-feira, 11, durante o 10º Siac - Seminário Internacional Acrefi, que está sendo realizado em São Paulo.